



INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LOGÍSTICA

DEPARTAMENTO DE APOIO TÉCNICO E CONFORMIDADE

PROCESSO: 23443.004472/2023-22

PREGÃO ELETRÔNICO: 07/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAFÉ, AÇÚCAR, ÁGUA MINERAL E GÁS GLP, PARA ATENDER NECESSIDADES DA REITORIA DO IFAM E SEUS CAMPI.

Manaus, 28 de julho de 2023.

MANIFESTAÇÃO Nº 001-2023/DEAT/DILOG/PROAD/IFAM

A presente manifestação trata da resposta ao pedido de impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico 07/2023 realizado pela Empresa K. R. G. TEIXEIRA, CNPJ nº 29.091.842/0001-88, situada na Avenida Laguna, nº 1231, Bairro Lírio do Vale, CEP 69.038-010 – Manaus/AM.

1. DA ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO

A previsão legal do instituto da impugnação de instrumento convocatório em processo licitatório na modalidade pregão eletrônico, encontra embasamento no Art. 164 da Lei 14.133/21;

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

O prazo para que se possa apresentar razões de impugnação é de até 03 (três) dias úteis anteriores à realização da sessão que está marcada para o dia 01/08/2023.

Desta forma, o pedido de impugnação ao edital é tempestivo.



INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LOGÍSTICA

DEPARTAMENTO DE APOIO TÉCNICO E CONFORMIDADE

2. DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

A empresa K R G TEIXEIRA apresentou IMPUGNAÇÃO DE EDITAL, pelas razões abaixo:

2.1. Qualificação Técnico-Operacional

Ao disponibilizar o edital do Pregão Eletrônico Nº 07/2023, a administração não considerou na qualificação técnico-operacional, as exigências regidas pela portaria ANP nº 297 de 18 de novembro de 2003 e o Decreto Estadual do Amazonas de nº 24.024 de 2004.

A portaria ANP nº 297/03 trata da obrigatoriedade da apresentação de comprovação para autorização para revenda de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) emitido pela Agência Nacional de Petróleo – ANP.

O Decreto Estadual nº 24.024/04 em seu Art. 15, Inciso I estabelece a obrigatoriedade de apresentação do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros do Estado do Amazonas, quando houver comercialização, manipulação ou utilização de gás liquefeito de petróleo - GLP

2.2. Agrupamento dos Itens

A empresa argumenta possuir expertise no ramo de fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP e aponta a importância da separação por agrupamento, ou lote, tanto do produto GLP como dos gêneros alimentícios, tendo em vista a sua excepcionalidade e necessidades diferentes, e aplicar a mesma qualificação aos licitantes que possuam a pretensão de fornecer apenas gêneros alimentícios geraria restrição, sendo assim, a divisão por Grupamento, ou Lote, destes itens atingiria a finalidade do princípio da competitividade.



INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LOGÍSTICA

DEPARTAMENTO DE APOIO TÉCNICO E CONFORMIDADE

3. DA ANÁLISE DO PEDIDO

Quanto a qualificação técnico-operacional, a impugnante ressaltou a Portaria ANP nº 297 de 18 de novembro de 2003, que estabelece os requisitos necessários à autorização para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo (GLP) e a sua regulamentação.

No entanto, a referida portaria foi revogada e substituída pela Resolução ANP nº 51 de 30 de novembro de 2016, que regula a mesma matéria e evidencia em seu Art. 3º, inciso I;

Art. 3º A atividade de revenda de GLP somente poderá ser exercida por pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras que:

I - Possuir autorização de revenda de GLP outorgada pela ANP;

Sobre o requisito da obrigatoriedade de apresentação do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros do Estado, a Resolução ANP nº 51/16 também trata referida matéria em seu Art. 25, inciso VII, alínea “b”;

Art. 25. É vedado ao revendedor de GLP:

(....)

VII - exercer a atividade de revenda de GLP no estabelecimento caso um ou mais dos seguintes documentos estejam fora do prazo de validade, ou quando constar situação suspensa, inapta, baixada, cancelada ou similar, ou inexistente, observados os §§ 1º e 2º deste artigo:

(....)

b) Certificado de Vistoria ou documento equivalente de Corpo de Bombeiros competente;

Portanto, a argumentação exposta pela impugnante possui base legal e será inserido em tópico específico no item que trata da qualificação técnico-operacional do Termo de Referência.



INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LOGÍSTICA

DEPARTAMENTO DE APOIO TÉCNICO E CONFORMIDADE

Quanto a solicitação da impugnante para desagrupamento dos itens relacionados ao fornecimento de Gás refino de Petróleo para uso doméstico, bem como do Botijão de 13 kg dos demais itens de gêneros alimentícios, levanta-se as seguintes considerações:

Considerando as especificidades necessárias para a revenda do Gás Liquefeito estabelecidas na Resolução ANP nº 51/16;

Considerando que o Pregão Eletrônico 07/2023 será compartilhado e atenderá a Reitoria do IFAM e mais 15 unidades participantes;

Considerando a realidade dos municípios do interior do estado do Amazonas, onde em sua maioria não possuem pluralidade de empresas aptas, com documentação regular e estrutura física necessária para fornecer todos os itens de forma agrupada;

Perante o exposto, a equipe de planejamento da contratação decidiu pelo agrupamento somente dos itens diretamente relacionados aos gêneros alimentícios (café, açúcar e água), e os itens para fornecimento de gás refinado em botija de 13kg serão licitados por itens, gerando assim maior competitividade entre os licitantes.

Portanto, as alterações serão realizadas no termo de referência e anexado ao Edital.

4. DA DECISÃO

Após análise das razões apresentadas pelo impugnante e dos termos do Edital, a equipe de planejamento da contratação acolhe os argumentos apresentados pela Empresa K. R. G. TEIXEIRA, ficando a critério do pregoeiro, as demais diligências sobre o caso concreto.